



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE  
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ULLY KATARINE ARAÚJO DE OLIVEIRA

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS 10 MUNICÍPIOS MAIS  
POPULOSOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO ENTRE OS ANOS DE  
2010 E 2014

Monteiro - PB  
2016

ULLY KATARINE ARAÚJO DE OLIVEIRA

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS 10 MUNICÍPIOS MAIS  
POPULOSOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO ENTRE OS ANOS DE  
2010 E 2014

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Ciências  
Humanas e Exatas da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Ilcleidene Pereira  
de Freitas

Monteiro - PB  
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48a Oliveira, Uily Katarine Araújo de.  
Análise socioeconômica dos 10 municípios mais populosos do estado de Pernambuco entre os anos de 2010 e 2014 [manuscrito] / Uily Katarine Araújo de Oliveira. - 2016.  
63 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2016.  
"Orientação: Profa. Ma. Ilceidene Pereira de Freitas, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Desenvolvimento econômico. 2. Crescimento econômico.  
3. Lei de Responsabilidade Fiscal. 4. Gestão municipal. I.  
Título. 21. ed. CDD 657.61

ULLY KATARINE ARAÚJO DE OLIVEIRA

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS 10 MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2014

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Ciências  
Humanas e Exatas da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Ilcleidene Pereira  
de Freitas

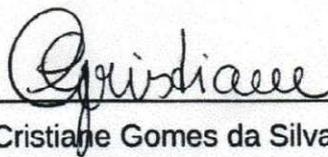
Aprovado em 21 de outubro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA:



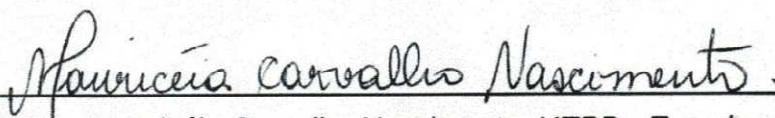
---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas, UEPB - Orientadora



---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Cristiane Gomes da Silva, UEPB - Examinadora



---

Prof<sup>ª</sup>. Esp. Mauricéia Carvalho Nascimento, UEPB - Examinadora

- É pecado sonhar?
- Não, Capitu. Nunca foi.
- Então por que essa divindade nos dá golpes tão fortes de realidade e parte nossos sonhos?
- Divindade não destrói sonhos, Capitu. Somos nós que ficamos esperando, ao invés de fazer acontecer.

Machado de Assis (Dom Casmurro)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado capacidade e determinação para concluir mais uma etapa da minha vida. A minha família, especialmente a minha mãe Catarina Sandra de Araújo e minhas “tias-mães”, Maria Aparecida, Maria Elizabete e Maria de Lurdes. Ao meu pai Genival João de Oliveira por todo suporte financeiro e aos meus irmãos, Breno Emanuel e Petra Caroline.

A todos os meus amigos de curso, em particular a Berg, Carol, Isla, meu grande amigo Leydson, minha amiga-irmã Mariana e Thaizy, os quais dividiram comigo todas as conquistas e aflições durante nossa caminhada. E aos meus melhores amigos por todo apoio, em especial Alison Costa e Ravena Ferreira que me ajudaram muito.

Ao melhor presente que a vida poderia ter me dado nos últimos seis anos. Maria Elisa Pimenta, obrigada por sempre estar ao meu lado e me fazer acreditar que eu posso conquistar tudo que desejo, principalmente quando até eu chego a duvidar.

Aos profissionais maravilhosos que cruzaram meu caminho no momento em que mais precisei. Carol Aragão e Fernando Albuquerque, obrigada por o acolhimento e por ampliarem minha visão de mundo, vocês são parte dessa conquista.

A minha orientadora Ilcleidene Pereira de Freitas, muito obrigada por o tempo dedicado e todos os ensinamentos. E aos demais professores do curso que contribuíram para meu aprendizado.

Uma conquista só tem sentido quando podemos compartilhar com as pessoas que amamos. A todos, toda minha gratidão!

## RESUMO

O trabalho apresenta os montantes destinados aos 10 municípios mais populosos do estado de Pernambuco, com o intuito de analisar como os recursos impactam os indicadores socioeconômicos. Teve como objetivo demonstrar os indicadores que afetam os municípios, apresentar as despesas e receitas e mensurar o desenvolvimento socioeconômico municipal. Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos gerais é descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos são de caráter bibliográfico, documental e de levantamento. O método utilizado de abordagem é o comparativo, elaborado através da comparação dos dados coletados. Quanto à amostra da pesquisa é casual simples e probabilística. Apresentou-se que os recursos destinados aos municípios não tem relação com sua população. Evidenciou que o município do Recife além de possuir o melhor PIB Per Capita, entre os 10 em análise, também apresenta o maior índice de desenvolvimento humano. Porém, nos possibilita retratar que municípios como Vitória de Santo Antão, que possui um dos quatro melhores PIB *Per Capita*, não necessariamente encontra-se com um alto índice de desenvolvimento humano. E que a Despesa com Pessoal dos municípios por vezes pode não corresponder à elevação da Receita Corrente Líquida. Através desse estudo, conclui-se que os recursos destinados aos municípios não necessariamente impactam positivamente os indicadores socioeconômicos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento econômico. Crescimento econômico. Lei de Responsabilidade Fiscal. Gestão Municipal.

## ABSTRACT

The paper presents the amounts for the 10 most populous cities in the state of Pernambuco, in order to analyze how resources impact the socio-economic indicators. We aimed to demonstrate the indicators that affect municipalities, present the revenue and expenditure and measure the municipal socio-economic development. How to approach the problem the research is characterized as qualitative and quantitative. As for the general objectives is descriptive. As for the technical procedures are bibliographical, documentary character and lifting. The method of approach is the comparison, made by comparing the data collected. As for the survey sample is simple random and probabilistic. It showed that the resources allocated to municipalities has no relation to its population. It showed that the city of Recife in addition to having the best per capita GDP among the 10 under review, also has the highest human development index. However, it enables us to portray that cities such as Vitoria de Santo Antão, which has one of the top four GDP Per Capita, not necessarily meets with a high human development index. And the expense Personnel municipalities often can not match the increase in Current Net Revenue. Through this study, it was concluded that the resources allocated to municipalities not necessarily positively impact socio-economic indicators.

**Keywords:** Economic development. Economic growth. Fiscal Responsibility Law. Municipal management.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Mapa do Estado do Pernambuco: em destaque os municípios mais populosos

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - PIB PER CAPITA

Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Gráfico 3 - Mortalidade infantil (até 1 ano de idade) por mil nascidos vivos

Gráfico 4 - Taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade

Gráfico 5 - Expectativa de vida ao nascer

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Comportament da Receita Corrente Líquida entre 2010 e 2014

Tabela 2 - Elevação da Receita Corrente Líquida em percentual

Tabela 3 - Comportamento da Despesa Líquida com Pessoal entre 2010 a 2014

Tabela 4 - Elevação da Despesa Líquida com Pessoal em percentual

Tabela 5 - Comportamento da Despesa com Pessoal em percentuais

## LISTA DE SIGLAS

LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
RCL	Receita Corrente Líquida
ONU	Organizações das Nações Unidas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PPA	Plano Plurianual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
SISTN	Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
LC	Lei Complementar

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	14
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO .....	15
1.3 OBJETIVOS.....	16
<b>1.3.1 Objetivo Geral</b> .....	16
<b>1.3.2 Objetivos Específicos</b> .....	16
1.4 JUSTIFICATIVA .....	16
1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
<b>1.5.1 Classificação Quanto à Forma de Abordagem do Problema</b> .....	17
<b>1.5.2 Classificação Quanto aos Objetivos Gerais</b> .....	17
<b>1.5.3 Classificação Quanto aos Procedimentos Técnicos</b> .....	18
<b>1.5.4 Classificação Quanto ao Método de Abordagem</b> .....	18
<b>1.5.5 Universo e Amostra da Pesquisa</b> .....	19
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	19
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>20</b>
2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	20
<b>2.1.1 Teorias do Crescimento</b> .....	21
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	23
<b>2.2.1 Indicadores Econômicos</b> .....	24
<b>2.2.2 Indicadores Sociais</b> .....	25
2.3 A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE .....	27
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	30
<b>3 MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> .....	<b>33</b>
3.1 MUNICÍPIO DO RECIFE .....	35
3.2 MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES .....	36

3.3 MUNICÍPIO DE OLINDA .....	37
3.4 MUNICÍPIO DE CARUARU .....	38
3.5 MUNICÍPIO DE PAULISTA .....	39
3.6 MUNICÍPIO DE PETROLINA .....	40
3.7 MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO .....	41
3.8 MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE .....	42
3.9 MUNICÍPIO DE GARANHUNS .....	42
3.10 MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO .....	43
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>45</b>
4.1 ANÁLISES DOS INDICADORES SOCIAIS .....	45
4.2 ANÁLISES DOS INDICADORES ECONÔMICOS .....	49
4.3 ANÁLISES COMPARATIVAS SOCIOECONÔMICA DOS 10 MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2010 A 2014 .....	56
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O crescimento econômico visa apenas às questões quantitativas, medida por variáveis como o Produto Interno Bruto (PIB) *Per Capita*, enquanto o desenvolvimento econômico trata das questões de caráter social. O crescimento é um fator que contribui para redução da pobreza e conseqüentemente para melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano, porém, seu impacto sobre a pobreza pode variar muito.

Um município, para afetar seus indicadores positivamente, deve manter equilibrado seu crescimento e desenvolvimento econômico. Com o intuito de mensurar o desenvolvimento dos 10 municípios selecionados, entre os anos de 2010 e 2014, foram analisados os indicadores socioeconômicos e as receitas corrente líquidas e despesas com pessoal com a finalidade de verificar se os recursos destinados os afetam positivamente.

Os municípios contam com receitas resultantes de arrecadações tributárias da sua competência (a exemplo do imposto sobre serviço (ISS); imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); imposto sobre a transmissão de bens e imóveis (ITBI); e taxas de tributos municipais), as originárias de seu patrimônio (a exemplo de aluguéis de imóveis) e as transferências de recursos estaduais (a exemplo do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS); imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA); transporte escolar; IASP/FIA; e IGD) e federais (a exemplo de FPM; CIDE; salário educação; *royalties*; alimentação escolar; e salário educação).

Os recursos destinados aos municípios e as arrecadações tributárias possibilitam que o Poder Municipal atue na qualidade de vida da população e, com isso, é necessário que o município ofereça segurança, acesso aos serviços básicos de saúde, educação, esportes e oportunidades para que todos participem na vida socioeconômica do município.

Apresentam-se todos os indicadores e as principais atividades econômicas que influenciam no crescimento e desenvolvimento econômico municipal. Segundo o

IBGE (2013) e o PNUD (2010) a situação dos indicadores socioeconômicos permite a análise da qualidade de vida de cada município, considerando índices econômicos e sociais, a exemplo do *PIB per Capita*, IDHM, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo e expectativa de vida ao nascer.

O trabalho visa à situação socioeconômica dos municípios, através de comparações que serão confrontadas com base nos recursos destinados aos mesmos no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A qualidade de vida da população em um município pode ser mensurada aos aspectos econômicos e sociais. Toda sociedade depende das variáveis macroeconômicas, a exemplo do nível de investimento, gastos do governo, consumo, entre outras, para se desenvolver, e os indicadores sociais medem o grau de desenvolvimento e qualidade de vida de uma determinada região. Ou seja, um município que visa desenvolvimento e qualidade de vida elevada, busca equilibrar seus indicadores socioeconômicos.

Sabendo que o desenvolvimento de um município é influenciado por seu nível de crescimento, serão selecionados para esse estudo indicadores sociais que estão diretamente ligados a estes fatores. Explorando os índices do *PIB Per Capita*, IDHM, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo e expectativa de vida ao nascer, é possível analisar comparativamente o nível de desenvolvimento socioeconômico entre eles.

No intuito de avaliar o crescimento econômico municipal, detalharam-se as receitas e despesas de cada município em determinado ano. Contudo, era necessário avaliar se o quantitativo gasto com a despesa com pessoal estava dentro do limite exigido em lei. Com isso, surgiu a seguinte questão: **Será que os recursos recebidos pelos municípios estão impactando os indicadores socioeconômicos no que diz respeito ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal?**

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os recursos destinados aos municípios com o intuito de averiguar como afetam os indicadores socioeconômicos e se cumprem com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar os indicadores socioeconômicos que afetam os municípios.
- Apresentar as despesas e receitas municipais e descrever como influenciam ou não no desenvolvimento socioeconômico de municipal.
- Realizar uma análise das Despesas com Pessoal de cada município, visando o cumprimento da LRF.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

Uma gestão pública, para atingir os objetivos propostos, necessita manter-se socioeconomicamente estável e cumprir as exigências da lei, a exemplo: a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe a todo município adequar-se aos limites que lhes são estipulados.

O intuito desse trabalho é analisar os fatores que auxiliam no desenvolvimento municipal, como os fatores sociais e econômicos. Os indicadores sociais são determinantes responsáveis, pois ao influenciar na qualidade de vida de um município, agrega desenvolvimento e contribui com os indicadores econômicos, que evidenciam a situação econômica e financeira de um determinado órgão ou organização. Com isso, fez-se relevante explorar os indicadores que, além de servir como combustível econômico, atuam na melhoria de vida da população.

Portanto, a relevância desse trabalho justifica-se na compreensão do desenvolvimento socioeconômico dos 10 municípios em análise. Com a finalidade

de analisar como os recursos destinados aos municípios afetam seus indicadores socioeconômicos.

Torna-se importante compreender as receitas e despesas públicas para um melhor entendimento do processo de gestão dos recursos. A RCL é o somatório das receitas tributárias de um governo e as despesas com pessoal são todas as espécies de gastos que tenham relação com servidores públicos. Sendo assim, analisando o montante gasto com despesa com pessoal, observam-se os recursos que restam para serem desenvolvidas ações essenciais ao bem estar da sociedade. Ou seja, implementação de políticas públicas através de bens e serviços que são postos a disposição da sociedade.

## 1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

### 1.5.1 Classificação Quanto à Forma de Abordagem do Problema

Essa pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa. É qualitativa por colher e analisar os dados descritivos da situação estudada e quantitativa por utilizar informações de dados estatísticos, a exemplo de: porcentagens e média. Para Michel (2015, p. 43) “É importante salientar que a pesquisa quantitativa e qualitativa não se excluem. Na verdade, a análise crítica dos resultados é propósito comum a ambas”.

Devido à frequência do uso de dados estatísticos, a análise de dados é tida como quantitativa. Segundo Michel (2015, p. 41) a pesquisa qualitativa “trata-se da atividade de pesquisa que usa a quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas, através de técnicas estatísticas”.

A partir da coleta dos dados, o estudo tem como finalidade apresentar resultados quantitativos que esclareçam o comportamento dos municípios acerca do tema proposto.

### 1.5.2 Classificação Quanto aos Objetivos Gerais

A abordagem dos objetivos classifica-se como pesquisa descritiva. Para Prestes (2014, p. 30) “Na pesquisa descritiva, se observam registram, analisam, classificam e interpretam os fatos, sem que o pesquisador lhes faça qualquer interferência”. Cabe ao pesquisador estudar os fatos, mas não os manipular.

As informações bibliográficas foram extraídas dos livros e os dados foram coletados de *sites* (endereço eletrônico) do Governo Federal, os quais detalham os quantitativos anuais dos indicadores socioeconômicos e as receitas e despesas orçamentárias necessárias para construção do estudo.

### **1.5.3 Classificação Quanto aos Procedimentos Técnicos**

Os procedimentos técnicos ocorreram através de livros, artigos acadêmicos e *sites* (endereço eletrônico) do Governo Federal, foram extraídos as teorias e dados contábeis que serviram como base para elaboração do trabalho.

É um procedimento de caráter bibliográfico, documental e de levantamento. Para Gil (1991) é uma pesquisa bibliográfica quando elaborada a partir de materiais publicados em livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet. E caracteriza-se como documental e de levantamento, uma vez que foi realizada a partir da elaboração de relatórios, mapas e tabelas estatísticas.

### **1.5.4 Classificação Quanto ao Método de Abordagem**

Após coleta e descrição dos dados, com o intuito de ressaltar as similaridades e diferenças entre eles, desenvolveu-se um estudo de caráter comparativo. Para Lijphart (1971) o método comparativo é uma forma de descobrir a relação empírica entre as variáveis estudadas.

Para construção da análise comparativa entre as variáveis em estudo, utilizaram-se os dados do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN) e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) entre os anos de 2010 e 2014, dos quais foram retirados os quantitativos de receita e despesa dos municípios estudados. Os dados

referentes aos indicadores socioeconômicos foram obtidos através do PNUD, 2010 e IBGE, 2013.

### **1.5.5 Universo e Amostra da Pesquisa**

Segundo Silva (2015) população (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo e a amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plana que pode ser probabilística e não-probabilística.

A amostra do estudo classifica-se em casual simples e probabilística, pois os elementos da população em análise possuem oportunidades iguais a serem incluídos na amostra.

Para a análise de dados do estudo, foram selecionados 10 municípios pernambucanos com base na sua população entre os anos de 2010 a 2014, sendo eles: Recife, Jaboatão, Olinda, Caruaru, Paulista, Petrolina, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Garanhuns e Vitória de Santo Antão. Assim, consegue-se apurar o grau de desenvolvimento e o comportamento dos municípios de acordo com o que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige.

## **1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO**

O trabalho estrutura-se, após a parte introdutória, em cinco itens. O item 2 apresenta o referencial teórico, abordando a teoria do crescimento e desenvolvimento econômico, a história da contabilidade e políticas públicas, que servem como base para o estudo; o item 3 apresenta os 10 municípios escolhidos pra análise; o item 4 explora a relação entre os dados dos municípios e a análise comparativa dos dados, os quais resultam no item 5, onde encontra-se as considerações finais sobre os resultados alcançados ou não, a contribuição que o trabalho trouxe e sugestões para futuros estudos; por fim, no item 6 segue as referências que são a base para construção desse trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e é medido de acordo com o crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB). Ocorre com o enriquecimento da nação e elevação do nível de vida. Enquanto, o desenvolvimento econômico está relacionado aos níveis de Educação, Saúde e outros indicadores de bem-estar de uma nação. Visa, além do crescimento, a qualidade de vida das pessoas e do sistema social em geral.

Alguns economistas consideravam o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, outros já acreditavam que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente. Segundo Souza (2012), quando o crescimento econômico distribui diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, gera de imediato a melhoria dos padrões de vida e do desenvolvimento econômico. Mas, da maneira que nem sempre traz benefício à economia como um todo, o crescimento não deve estar associado ao desenvolvimento econômico. Ou seja, o desenvolvimento muda a qualidade de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, e o crescimento é uma simples variação quantitativa do produto.

Para Pinho e Vasconcellos (2006), a análise macroeconômica de curto prazo está ligada a determinação do nível do produto nacional e a de longo prazo, no crescimento desse nível. E quanto maior for o crescimento ao longo do tempo, maior será a riqueza de uma nação. A expansão da economia depende de fatores que de certa forma podem ser medidos e que influenciam o comportamento do mercado. Para Vasconcellos (2002), um país está melhorando seu nível de desenvolvimento econômico e social quando, juntamente com o aumento da renda *per capita*, estiver melhorando também os indicadores sociais.

Nesse sentido, existem as determinantes próximas e distantes do crescimento econômico, as quais contribuem para melhorar o nível de desenvolvimento do país.

Determinantes próximas do crescimento econômico são fatores que afetam diretamente os fatores de produção. São as variáveis que influenciam na produção de um país:

- **Capital Físico:** máquinas e equipamentos de uma determinada empresa que forma o seu chamado estoque de capital físico e com a soma desse capital de cada empresa, se dá o estoque de capital físico total de uma economia.
- **Trabalho de Capital Humano:** está relacionado ao treinamento da mão de obra utilizada no processo produtivo ou prestação de serviços, que afetam positivamente o crescimento econômico.
- **Processo Tecnológico:** a inovação tecnológica utilizada no processo produtivo permite uma quantidade maior de bens e serviços com uma quantidade menor de recursos.
- **Poupança e Investimento:** recursos financeiros poupados por famílias, empresas e governo, que se tornarão disponíveis aos empreendedores, como forma de investimentos em longo prazo.

Os fatores determinantes distantes do crescimento econômico afetam a economia indiretamente, sendo eles a estrutura institucional, estabilidade de preços, sistema de impostos e taxa adequada, sistema legal eficiente, estabilidade política, equilíbrio entre mercado e intervenção governamental, integração econômica internacional e recursos naturais.

### **2.1.1 Teorias do Crescimento**

Os modelos de crescimento econômico são modelos definidos por economistas, dentre esses modelos existem várias teorias do crescimento econômico: a corrente clássica, *Keynesiana*, neoclássica e o crescimento endógeno, que tem como percussores nomes como Adam Smith, Malthus, Keynes, Harrod, Solow, Romer, entre outros.

Para Vasconcellos (2006), a principal explicação de Smith para o crescimento está na especialização da força de trabalho, acompanhando o avanço econômico e a alocação da força de trabalho entre várias linhas de emprego.

A teoria da população estabelecida por Malthus em 1798, cujos princípios foram utilizados pelos economistas clássicos, desenvolveu aspectos que Smith deixou incompleto. Segundo Souza (2012), Malthus acreditava que existe um problema demográfico no mundo, que a população cresce em progressão geométrica e os meios de subsistência em progressão aritmética. O principal fator de crescimento demográfico seria disponibilidade de alimento e o que freia esse crescimento é a falta de alimentos, epidemias, guerras e a insalubridade dos locais de trabalho e das cidades, uma vez que evita ou inibe o crescimento populacional. Nessa época, a guerra contra Napoleão foi o que estimulou as atividades econômicas, gerando desencadeamentos principalmente no setor produtivo, e era essa situação que orientava o pensamento econômico de Malthus. Porém, lembrou Hugon (1988), que a teoria malthusiana poderia ser criticada, já, que o avanço da medicina, o tratamento da água e rede de esgotos, e a elevação dos níveis de renda aumentavam a vida média da população, fazendo com que o crescimento demográfico estimulasse a produção, ao elevar mão de obra e o número de consumidores.

Desviando de sua análise, Malthus passou a estudar sobre a natureza das crises capitalistas. Contrapondo a Lei de Say<sup>1</sup>, que afirma que “a oferta cria a sua própria procura”, ele diz que é um erro grave considerar que a humanidade produzirá e consumirá tudo que pode ser produzido e consumido. Pois acredita que o consumo também cai, apesar da elevação dos salários, porque os bens de consumo encarecem na mesma medida.

Para Vasconcellos (2006), Keynes rompeu a tradição neoclássica e apresentou um programa de ação governamental para a promoção do pleno emprego. Interessou-se por os problemas de instabilidade em curto prazo e procurou analisar as flutuações econômicas, como os níveis de renda de emprego em economia industrial.

Segundo Souza (2012), os modelos que seguem a corrente *keynesiana* se preocupam em como manter um crescimento persistente sem inflação. Acreditam que a expansão contínua dos investimentos torna-se necessária para que aconteça

---

<sup>1</sup> A Lei de Say foi criada pelo economista francês Jean-Baptiste Say com sua explicação sobre o funcionamento dos mercados. Disponível em: <<http://goo.gl/aRBZeg>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

aumento de renda e de emprego, visando o crescimento demográfico. Domar e Harrod acreditam que é necessário o aumento de despesas para manter o pleno emprego. E ressaltam que o emprego depende da renda e esta depende do investimento e da capacidade de poupar.

O modelo Solow utiliza relações PIB *per capita*, partindo de duas versões: sem processo técnico e com processo técnico. O modelo sem o processo técnico defende que o crescimento real do PIB é igual ao crescimento da população, ou seja, se mantém constante. Enquanto com processo técnico, o PIB cresce a taxa de crescimento da população mais a taxa de processo técnico.

Souza (2012) defende que o modelo neoclássico é o ritmo do processo técnico determinando o crescimento da renda *per capita* no equilíbrio estável de longo prazo. Mas ressalva que, após ser atingido o equilíbrio estável, o aumento da população não influencia mais a taxa de crescimento do produto, a ponto de elevá-la acima da taxa de crescimento demográfico.

O crescimento endógeno é uma teoria de crescimento com processo técnico. Defende que um país deve investir em conhecimento, pois este é tão importante para os fatores de produção quanto o capital físico, capital humano e o trabalho. Souza (2012) parte do pressuposto que o processo técnico é elemento ativo no processo de crescimento. Investindo em saúde, educação, treinamento de trabalhadores e geração de novos conhecimentos técnicos, contribui para o aumento do produto *per capita*.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um dos pontos de partida na construção do desenvolvimento foi o subdesenvolvimento. Através dos fatores que causavam o subdesenvolvimento, pôde-se analisar o que contribuía para o atraso de um país. Gerado devido o baixo padrão de vida, baixa renda, escassez de recurso e um dos fatores predominantes como o avanço tecnológico - já que uma empresa procura se expandir em lugares onde possa ser favorecido por a infraestrutura -, o subdesenvolvimento é definido por Souza (2012) como um crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico.

Existem três fatores principais que contribuem para o subdesenvolvimento: o econômico, o cultural e o demográfico. O fator econômico está relacionado à baixa produtividade da economia. O Cultural, a baixa qualificação da educação e informação. E o demográfico, que está relacionado à alta taxa de natalidade.

Algumas sociedades não atingiam índices altos de bem-estar a partir do crescimento econômico, então a ONU passou a recomendar indicadores como expectativa de vida média, taxas de mortalidade infantil, grau de alfabetização, entre outros, para análise de desenvolvimento econômico-social de uma população.

O Banco Mundial (2005) afirma que o crescimento de renda *per capita* é fundamental para melhorar os indicadores sociais. Segundo Hirschman (1996), nos anos 1990, na América Latina, os indicadores sociais melhoraram e a vida média passou de 50 para 65 anos. Resultou na propagação da educação, aumento da renda *per capita* e redução na taxa de natalidade.

Para Souza (2012), desenvolvimento traz a idéia de transformação e evolução, engloba mudanças das estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, enquanto o crescimento envolve apenas expansão quantitativa do produto ou emprego. Outros indicadores, além da renda *per capita*, colaboram para melhorias econômicas e sociais na medida em que reduz a pobreza, com: alimentação, educação, segurança, atendimento médico, qualidade do meio ambiente e infraestrutura.

### **2.2.1 Indicadores Econômicos**

Os indicadores econômicos são como um termômetro para o desenvolvimento. Medem as flutuações econômicas reais, o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), a produção industrial, o emprego e desemprego. Mede os processos econômicos que faz o país andar.

O Produto Interno Bruto (PIB) é valor de mercado do fluxo de bens e serviços finais disponíveis por uma economia em um determinado período de tempo e por ser calculado a preços correntes e constantes, representa importantes medidas de desempenho. A finalidade da produção industrial, desde o século XVIII, é transformar matéria-prima em produtos comerciais, com utilização de máquinas,

energia e mão de obra, por conseguinte, uma das principais fontes para geração de emprego. É um indicador que revela a variação mensal da produção física industrial, de acordo com pesquisa realizada pelo IBGE desde o início dos anos 70.

O desemprego ainda é uma das maiores preocupações que assombram algumas economias capitalistas. Uma das causas geradoras de desemprego é a modernização tecnológica, muitos trabalhadores ainda perdem suas vagas para as máquinas. Outras causas comuns são a baixa qualificação dos trabalhadores, o custo para empresas assinarem carteiras e os fatores climáticos. Vale ressaltar também que a elevação generalizada dos níveis de preços do sistema, que conhecemos como inflação, diminui o poder aquisitivo da população em relação à moeda e depreciação dos ativos, afetando assim o bolso dos consumidores e causando desequilíbrio ao mercado.

Chenery citado por Souza (2012) considera o desenvolvimento econômico um conjunto de transformações similares, criadas na estrutura de uma economia, que são fundamentais para continuidade de seu crescimento.

O progresso econômico de uma sociedade subdesenvolvida para uma desenvolvida não ocorre de um dia para o outro. É um processo longo e desafiante devido à conduta dos agentes econômicos, pois nem sempre os objetivos econômicos procurados são semelhantes.

### **2.2.2 Indicadores Sociais**

Dentre variáveis quantitativas, aspectos relacionados a qualidade de vida e mudanças da estrutura socioeconômica que ocorrem no processo de desenvolvimento econômico, encontra-se o PIB *per capita* e indicadores sociais, como: distribuição de renda, índice de desenvolvimento humano (IDH) e o coeficiente Gini.

- O PIB *per capita* é um indicador utilizado na macroeconomia objetivando a economia de uma determinada região, estado ou país. A renda *per capita* ajuda a medir o grau de desenvolvimento de um país, mediante a divisão da renda nacional pela quantidade de habitantes do país. Seu cálculo é feito anualmente, pois é quando o PIB é apurado.

- A distribuição de renda sempre foi objeto de interesse econômico e o que mais intriga os economistas é como medir corretamente a riqueza que é produzida. Souza (2012) afirma que uma possível melhoria do nível de bem-estar das pessoas é medida apenas por a elevação da renda *per capita*. Que o simples aumento de renda da população não indica que ela esteja melhor ou pior em termos de saúde, educação e conforto.
- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador das necessidades humanas básicas e de acordo com alguns dados, faz comparações para classificar países entre: desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Esta comparação é feita para indicar o padrão de vida de uma determinada sociedade, analisando a:
  - Longevidade: que é a quantidade de anos que uma pessoa pode viver, com base nas condições de saúde e salubridade.
  - Educação: baseada na taxa de alfabetização e taxa de escolaridade do país.
  - PIB *per capita*: distribuição de renda nacional pela quantidade de habitantes do país.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2003), assim como o crescimento econômico é influenciado pelos níveis educacionais e de saúde, o mesmo serve como influencia para os índices de educação e longevidade.

Romão (1993) ressalta a distribuição de renda, já que quanto melhor distribuída, maior será o nível de vida do conjunto da população. Destaca também que os Estados mais desenvolvidos apresentam os índices de desenvolvimento humano ampliado (IDHA) mais altos e índices baixos de desigualdade e pobreza.

Souza (2012) afirma que o número de pessoas pobres, que possuem renda suficiente para atender suas necessidades básicas, afeta o crescimento econômico do setor de mercado, já que depende do tamanho da população com seu poder aquisitivo. Ou seja, o desenvolvimento só ocorre com a redução da pobreza.

O coeficiente de Gini é utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda, expresso em porcentual, ele faz uma análise entre a completa igualdade

(representada por o número 0) e a completa desigualdade (representada por o número 1).

### 2.3 A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade é um ramo importante do saber humano, que surgiu a partir da necessidade do ser humano em contabilizar seus bens, desde a pré-história.

Sá (2008) explica que com o uso de sua arte, o homem primitivo evidenciou a riqueza patrimonial que tinha, em inscrições nas paredes das grutas e pedaços de ossos, formando uma “conta primitiva”, onde o desenho representava qualidade e os riscos à quantidade. Segundo ele, o nascimento da contabilidade aconteceu a partir da inscrição de elementos da riqueza patrimonial passando para registros de melhor qualidade.

Anos depois, com a evolução das necessidades humanas, a contabilidade se voltou às necessidades do comércio. Os comerciantes sentiram que precisavam de algo que pudesse assessorar suas transações de troca e venda. Logo, a contabilidade assumiu o risco de fornecer informações para melhor gerenciamento dos negócios.

Para Santos *et al* (2007), as atividades empresariais da Idade Média eram poucas e os pequenos comerciantes e artesãos usavam apenas informações simples, como: total de dívidas, prazos de vencimento e beneficiários, contas a receber e informações de vendas. A contabilidade era utilizada como registro de movimentação de bens, de débitos e créditos, passando assim, após o ápice do crescimento econômico e surgimento das grandes empresas, como instrumento de informação de várias atividades empresariais.

A Contabilidade é vista como uma ciência social, sendo assim, exerce influencia no estudo patrimonial de vários ramos, tais como: Direito, Economia e Finanças. Porém, ao longo dos anos, as definições de Contabilidade sofreram alterações, baseando-se nos pontos de vista aos quais os intelectuais a estudavam. Sá (2008) ressalta que alguns intelectuais apresentavam o ângulo empírico da Contabilidade, sobre a ótica tecnológica da escrituração, enquanto outros compreendiam o valor científico e outros até de forma híbrida.

A Contabilidade tem como objetivo o fornecimento de informações contábeis de qualidade para tomada de decisões gerenciais, permitindo ao usuário que ele tome a melhor decisão possível. Sá (2008) explica que o que acontece numa empresa, de finalidade lucrativa ou não, não interessa apenas a ela, mas também as pessoas. Ou seja, se faz necessária uma transparência das informações contábeis. Muitos interesses em relação a empresas e instituições, internos ou externos, são o que determinam grandes finalidades da Contabilidade.

A Contabilidade é uma ciência extensa em seus ramos, além das atividades profissionais também pode ser utilizada para fins didáticos ou acadêmicos. Existindo especializações, criadas pela legislação ou necessidades específicas do mercado. Dentre os ramos da contabilidade, encontramos a contabilidade ambiental, de custos, gerencial, privada, pública, terceiro setor, entre outros. Porém, o enfoque principal deste trabalho é a contabilidade pública.

Slomski (2008) define a Contabilidade Pública como um ramo da Contabilidade Geral, que tem como objetivo demonstrar a Fazenda Pública a situação de todos que arrecadam receitas, efetua despesas, administram ou guardam bens a ela pertencentes. Afirma que os sistemas contábeis são sistemáticos e acompanham a execução orçamentária, que apresenta a origem dos recursos e suas aplicações.

O Controle na administração pública existe para manter o equilíbrio entre Estado e Sociedade. Dividindo-se em:

- Controle Interno: avalia o cumprimento das metas do plano plurianual e a execução dos orçamentos públicos, averiguando a legalidade e analisando os resultados.
- Controle Externo: tem como finalidade averiguar a probidade dos atos da administração pública, regularidade dos gastos públicos e do emprego de bens, valores e dinheiros públicos, e a fiel execução do orçamento.

O Orçamento Público contém a previsão de receitas e estimativa de despesas a serem realizadas em um determinado período de tempo pelo o Governo. Apresenta a origem e o montante dos recursos a serem adquiridos e a natureza e o montante das despesas a serem realizadas.

Slomski (2008) explica, ainda, o processo de planejamento e orçamento definido na Constituição Federal, em que o poder executivo elabora o plano plurianual no primeiro ano de mandato com vigência até o primeiro ano do mandato seguinte. O Plano Plurianual (PPA) abrange os Poderes da União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios e é estabelecida de forma regionalizada, com diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, estadual e municipal para as despesas de capital, as despesas relativas a programas de duração continuada e outras delas decorrentes.

O orçamento tem como objetivo dar visibilidade as ações públicas. No Brasil, diferente do que ocorre em outros países, o orçamento público define um programa de trabalho anual, visando às prioridades e a destinação dos recursos disponíveis durante o período de doze meses, contando a partir de primeiro de janeiro. Recursos, estes, que vem da própria sociedade em forma de impostos, taxas e contribuições que voltam à sociedade como bens e serviços.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta na elaboração do orçamento para o exercício seguinte, compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispõe sobre alterações na legislação tributária. No Brasil, sua principal finalidade é orientar a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento do poder público, conciliando a Lei Orçamentária Anual (LOA) com o que está estabelecido no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) elaborada pelo Poder Executivo determina as despesas e receitas do Governo que serão realizadas no próximo ano e inclui projetos, programas e atividades que complementam as metas e prioridades estabelecidas na LDO. É determinado pela Constituição Federal, que o Orçamento tem que ser votado e aprovado até o período final de cada ano. Caso ocorra a necessidade de despesas acima do previsto na Lei, o Poder Executivo emite medida provisória solicitando créditos especiais ou suplementares para aprovação do Congresso Nacional.

As despesas e receitas públicas tanto são orçamentárias, quanto extra-orçamentárias. Slomski (2008) explica que as receitas orçamentárias são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos e as extra-orçamentárias são

aquelas que pertencem de fato à entidade e se classifica economicamente em Receitas Correntes e Receitas de Capital. Quanto às despesas públicas, ele define como sendo todo o consumo de recursos orçamentários e extra-orçamentários e no orçamento, essas despesas são identificadas de acordo com a função, subfunção, programas, projetos, atividades e operações especiais.

O orçamento público é uma ferramenta governamental que se encontra diretamente ligada às políticas públicas. Segundo Salvador (2010, p. 2), o orçamento público materializa o esforço político da organização do fundo público e “envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento”.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Dias (2012) refere-se à política como um conceito amplo que inclui diversos significados, mas todos relacionados ao poder, enquanto as políticas públicas correspondem ao manejo dos assuntos públicos. Porém, todas as políticas estão ligadas com o poder social.

As políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, que visam assegurar os direitos de cidadania instituídos pela própria Constituição Federal, como por exemplo, o direito a saúde e educação.

O Estado é responsável pelo bem comum da sociedade, cabendo a ele legislar, administrar e julgar os conflitos de acordo com a lei. Burdeau (2005 p. IX) define o Estado alegando que “o lugar que ele ocupa em nossa vida cotidiana é tamanho que não poderia ser retirado dela sem que ao mesmo tempo, ficassem comprometidas nossas possibilidades de viver”.

É relevante ressaltar que o Estado exerce funções que influenciam o desempenho do governo nas atividades econômicas. Com o propósito de alcançar concorrência leal entre as empresas e o bem-estar da sociedade, o Estado dividiu-se em três funções, que são elas:

- Função alocativa: o governo oferece bens ou serviços como saúde, educação, segurança e transporte público gratuitamente ou com baixas taxas para acesso da sociedade independente de sua renda.
- Função distributiva: redistribuição por parte do governo, dos recursos provenientes de tributação, para a população que não consegue gerar riqueza.
- Função estabilizadora: aplicação de políticas econômicas com a finalidade de equilibrar a economia, controlarem os preços, gerar emprego, desenvolvimento e dar estabilidade ao mercado.

O governo tem como função principal representar um estado, garantindo a evolução e assegurando os direitos da população. Para Dias (2012 p. 5) “do ponto de vista das políticas públicas, as decisões mais importantes ocorrem no seio do poder governamental”.

Segundo Dias (2012) uma política pública estabelece estratégias com o intuito de orientar soluções de problemas públicos e obter maiores níveis de bem-estar social. E ressalta que não existe modelo de política pública “ideal” ou “correta, pois depende da situação de uma cidade, região ou país”. Mas que um modelo pode funcionar em um determinado momento histórico, em um determinado país, enquanto em outro pode não funcionar.

Existem diferentes modelos de políticas públicas, que se classificam em:

- Políticas sociais: assegura a população o exercício de direito de cidadania, como saúde, educação, habitação, previdência social;
- Política macroeconômica: conjunto de medidas adotadas pelo Governo visando às políticas fiscais, monetária, cambial, industrial;
- Política administrativa: referente às escolhas por participação social, a democracia e descentralização;
- Política específica ou setorial: está relacionada ao meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos, etc.

Nos anos 20, do Século XX, o Brasil era um país rural e agrícola. Mas, nos últimos sessenta anos vem passando por grandes transformações. Passou de um país conservador com um Estado que não tinha como prioridade o bem-estar social,

para um país com potência industrial média, com uma parcela maior da população habitando as cidades.

Segundo Costa (1998, p. 28) “o desenvolvimento do capitalismo no Brasil configurou uma forte instrumentalização das necessidades sociais em virtude das “necessidades de acumulação””. A política pública tem como fundamento a distribuição de forma igualitária dos recursos de caráter individual e social. Com resquícios conservadores, a política pública brasileira tem atendimentos centralizados e/ou de interesse específico, tratando assim as políticas sociais de maneira peculiar. O país possui necessidades específicas em diferentes regiões, com isso, em determinadas regiões são solucionadas de maneira correta, enquanto em outras são tratadas de forma massiva.

Dias (2012) afirma que as políticas públicas constituem um meio de concretização dos direitos que estão codificados nas leis de um determinado país. No Brasil, nos anos 90, do século passado, na tentativa de criar novas políticas públicas surgiram leis como a Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso e benefícios como a Bolsa Família e Bolsa Escola. Leis e benefícios que surgiram dos resultados de protestos, manifestações e organizações montadas por civis.

Uma das características mais relevantes das políticas públicas brasileiras é a fragmentação. Para Costa (1998, p.21) “as decisões em políticas públicas podem resultar de negociação e barganha entre grupos competitivos com interesses e recursos políticos divergentes e assimétricos”. Ou seja, mesmo com uma administração mais democrática e a sociedade desempenhando seu papel de forma mais ativa, observa-se uma política fragmentada, pois, as políticas públicas não estão integradas para um único propósito.

Dentre um enfoque governamental, foram selecionados 10 municípios para uma análise socioeconômica. Utilizando-se da população como critério de escolha, foram selecionados os 10 municípios mais populosos do estado de Pernambuco, visando explorar os indicadores econômicos e sociais de cada um dos municípios.

### 3 MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O estado de Pernambuco está localizado no centro-leste da região Nordeste com uma população de 9.345.173 (estimativa 2015 - IBGE), tem uma área territorial de 98.311,616 km<sup>2</sup>, 95,95 habitantes por km<sup>2</sup> e possui 185 municípios. Sua capital é o Recife e os dez municípios mais populosos são: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Caruaru, Paulista, Petrolina, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Garanhuns e Vitória de Santo Antão.

Segundo uma coleta de dados, o estado apresenta:

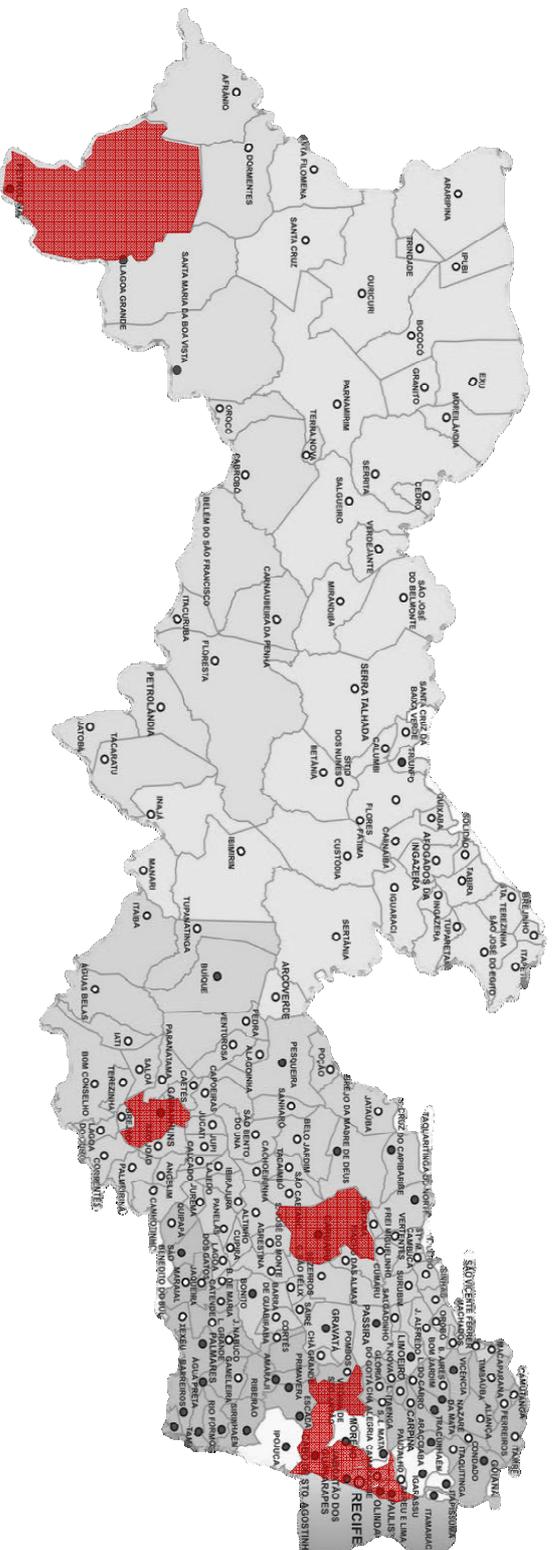
- Produto Interno Bruto (PIB): R\$ 78,4 bilhões (IBGE 2009);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,673 (PNUD 2010);
- Mortalidade Infantil (até 1 ano de idade): 20,4 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);
- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 22,2% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 72,3 anos (PNUD 2010);

E suas principais atividades econômicas são: agricultura, pecuária, indústria, turismo e serviços.

Dentre os municípios do estado de Pernambuco, foram selecionados os dez municípios mais populosos para análise socioeconômica. E são eles:

- Recife: 1.617.183 (estimativa 2015 - IBGE).
- Jaboatão dos Guararapes: 686.122 (estimativa 2015 - IBGE).
- Olinda: 389.494 (estimativa 2015 - IBGE).
- Caruaru: 347.088 (estimativa 2015 - IBGE).
- Paulista: 322.730 (estimativa 2015 - IBGE).
- Petrolina: 331.951 (estimativa 2015 - IBGE).
- Cabo de Santo Agostinho: 200.546 (estimativa 2015 - IBGE).
- Camaragibe: 154.054 (estimativa 2015 - IBGE).
- Garanhuns: 136.949 (estimativa 2015 - IBGE).
- Vitória de Santo Antão: 135.805 (estimativa 2015 - IBGE).

**FIGURA 01 – Mapa do Estado do Pernambuco: em destaque os municípios mais populosos**



Fonte: IBGE 2016

Os municípios foram escolhidos de acordo com sua população. Com isso, foram escolhidos os 10 municípios mais populosos do estado de Pernambuco, baseando-se nos dados fornecidos por o IBGE.

### 3.1 MUNICÍPIO DO RECIFE

O Recife, capital do estado de Pernambuco, que está localizado na Região Nordeste do país, é o município mais populoso do estado, com uma população de 1.536.934 habitantes (Censo 2010 - IBGE), chegando a até 1.617.183 habitantes (estimativa 2015 - IBGE). Sua área territorial é de 218,435 km<sup>2</sup>, 7.039,64 habitantes por km<sup>2</sup>.

A capital pernambucana é a quarta cidade com a concentração urbana mais populosa e a oitava mais rica do país, possuindo o décimo quinto maior PIB do país e o maior PIB per capita entre as capitais nordestinas. Foi eleita por a MasterCardWorldwide (2008) como uma das 65 cidades com economia mais desenvolvida dos mercados emergentes no mundo, levando em consideração o ambiente econômico e comercial, crescimento e desenvolvimento econômico, ambiente de negócios, ambiente de serviços financeiros, conectividade comercial, conectividade de educação e tecnologia de informação (TI), qualidade de vida urbana, risco e segurança. Sua região metropolitana conta com o Porto Digital, que é o maior parque tecnológico do país e com o Porto de Suape, o melhor porto do Brasil, além do aeroporto internacional que é um dos mais bem estruturados do país.

A cidade do Recife é o mais importante polo médico do Norte/Nordeste e o segundo mais importante do Brasil, com 274 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016). Os principais hospitais estão localizados nos bairros do Derby e da Ilha do Leite e os serviços públicos de urgência 24 horas realizam atendimento nas áreas de clínica geral, ortopedia e pediatria. Na área educacional, conta com importantes universidades públicas e privadas, sendo a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) a única universidade do Norte-Nordeste entre as dez melhores do Brasil segundo o Ranking Universitário Folha, na 10<sup>a</sup> posição.

De acordo com uma coleta de dados, o município do Recife apresenta:

- PIB per capita: R\$ 29.037,18 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,772 (PNUD 2010);

- Mortalidade infantil (até 1 ano de idade): 17,3 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);
- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 8,5% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 73,8 anos (PNUD 2010);

E suas principais atividades econômicas são: indústria, comércio, serviços e turismo.

### 3.2 MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Jaboatão dos Guararapes é um município brasileiro do estado de Pernambuco, situado no nordeste do país. Pertence à Mesorregião Metropolitana do Recife, localizando-se a sul da capital do estado, com uma população de 644.620 habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando até 686.122 habitantes (estimativa 2015 - IBGE). Sua área territorial é de 258,694 km<sup>2</sup>, 2.491,82 habitantes por km<sup>2</sup>.

O município é abastecido economicamente por indústrias, setores de serviços e agricultura, sendo o setor de serviços o mais representativo em sua economia. Por estar localizado entre o Recife e o Porto de Suape, possui um importante distrito industrial. Estão instaladas fábricas como a da Coca-Cola, da Unilever, da Basf e da Vitarella e um importante centro logístico, com destaque do Centro de Distribuição da Rede Wal-Mart e a Nestlé. Devido ao seu crescimento, sua riqueza chega a ser a terceira maior do estado.

Jaboatão possui 76 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016). Na área educacional, o município conta com duas instituições de ensino superior, que é a Faculdade dos Guararapes e a Faculdade Metropolitana, quatro faculdades privadas e uma Escola Técnica Estadual (ETE), mas, por sua proximidade com Recife, boa parte de seus estudantes optam por estudar no Recife.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Jaboatão dos Guararapes apresenta:

- PIB per capita: R\$ 17.691,00 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,717 (PNUD 2010);
- Mortalidade Infantil (até 1 ano de idade): 16 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);

- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 11,1% (PNUD 2010);

- Expectativa de vida ao nascer: 74,8 anos (PNUD 2010);

E suas principais atividades econômicas são: indústria, setores de serviços e agricultura.

### 3.3 MUNICÍPIO DE OLINDA

Olinda é um município brasileiro do estado de Pernambuco, situado na Região Nordeste do país e está localizado a 6 km da capital do Recife, com uma população de 377.779 habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando até 389.494 habitantes (estimativa 2015 - IBGE). Sua área territorial é de 41,681 km<sup>2</sup>, 9.063,58 habitantes por km<sup>2</sup>.

A economia de Olinda gira em torno do turismo, por ela ser considerada uma das localidades coloniais mais bem preservadas do Brasil. Declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, foi o segundo centro histórico do país a receber tal título em 1982, e é visitada por turistas do mundo inteiro.

O município tem 75 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016) para acesso da população. E sua área educacional conta com sete faculdades, sendo a Faculdade de Olinda a mais reconhecida, e um Instituto de Ensino Superior. Porém, devido à concentração de universidades de renome no Recife, muitos recorrem para estudar na capital.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Olinda apresenta:

- PIB per capita: R\$12.409,5 (IBGE 2013);

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,735 (PNUD 2010);

- Mortalidade Infantil (até 1 ano de idade): 14,8 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);

- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 8,4% (PNUD 2010);

- Expectativa de vida ao nascer: 75,2 anos (PNUD 2010);

E suas principais atividades econômicas são o turismo e o comércio.

### 3.4 MUNICÍPIO DE CARUARU

Caruaru é um município brasileiro do estado de Pernambuco, localizado a oeste da capital do estado, situado na região Nordeste do país. Pertence à Mesorregião do Agreste Pernambucano e à Microrregião do Vale do Ipojuca, com uma população de 314.912 habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando a 347.088 habitantes (estimativa 2015 – IBGE). Possui uma área territorial de 920,611 km<sup>2</sup>, 342,07 habitantes por km<sup>2</sup>.

O município tem o 181º maior PIB do Brasil e o 5º maior do estado de Pernambuco. Sua maior atividade econômica é a industrial e seu destaque é a produção têxtil. Em 2011, havia cerca de oito mil unidades locais e sete mil empresas e estabelecimentos comerciais atuantes. Recentemente a cidade virou sede do segundo Porto Digital do estado, conhecido como "Armazém da Criatividade", onde a economia é desenvolvida com base na criatividade, no empreendedorismo e na inovação.

Caruaru possui 108 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016), entre eles hospitais, pronto-socorro, postos de saúde e serviços odontológicos. Oferecem atendimentos a uma demanda significativa que vem das cidades vizinhas, principalmente as cidades do interior. Na área educacional, o município é um pólo estudantil, com campus das duas universidades principais do estado, que são a Universidade de Pernambuco (UPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), contando também com vários cursos que disponibilizam em Escolas Técnicas e faculdades privadas.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Caruaru apresenta:

- PIB per capita: R\$ 15.529,30 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,677 (PNUD 2010);
- Mortalidade Infantil (até 1 ano de idade): 18,9 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);
- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 19,2% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 73,0 anos (PNUD 2010).

E sua principal atividade econômica é o setor industrial e a produção têxtil.

### 3.5 MUNICÍPIO DE PAULISTA

Paulista é um município brasileiro do estado de Pernambuco, pertencente à Região Nordeste e a Mesorregião Metropolitana do Recife, ficando a certa de 18 km da capital do estado. Está localizado no litoral norte pernambucano, com uma população de 300.466 habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando a 322.730 habitantes (estimativa 2015 – IBGE). Possui uma área territorial de 97,312 km<sup>2</sup>, 3.087,66 habitantes por km<sup>2</sup>.

A economia de Paulista gira em torno do setor de serviços, comércio e indústria, embora o turismo também seja responsável por atrair empreendimentos. O Parque Industrial de Paratibe, localizado no município, contribui de forma ativa em sua economia por abrigar empresas de diversos setores e gerar empregos para a população. Outro ramo importante e que contribui para economia, é a agroindústria voltada para o álcool e o açúcar.

O município tem 53 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016), contando com alguns hospitais e unidades básicas de atendimento. Na área educacional oferece a população Escolas Técnicas, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, e instituições privadas de ensino superior, como a FASUP (Faculdade de Saúde de Paulista). Atendendo, assim, a uma grande parte da sua população.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Paulista apresenta:

- PIB per capita: R\$ 11.686,25 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,732 (PNUD 2010)
- Mortalidade Infantil (até 1 ano de idade): 15,0 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);
- Tava de Alfabetização (população de 25 anos ou mais de idade): 7,3% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 74,8 anos (PNUD 2010).

E suas principais atividades econômicas são: o comércio, a indústria, o setor de serviços e o turismo.

### 3.6 MUNICÍPIO DE PETROLINA

Petrolina é um município brasileiro do interior do estado de Pernambuco, Região Nordeste do país. Localizado na Microrregião de Petrolina e na Mesorregião do São Francisco Pernambucano, ficando a 712 km ao oeste do Recife, capital estadual, com uma população de 293.962 habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando a 331.951 habitantes (estimativa 2015 – IBGE). Sua área territorial é de 4.561,872 km<sup>2</sup>, 64,44 habitantes por km<sup>2</sup>.

Segundo o IBGE, o PIB de Petrolina é o 174º maior do Brasil e o 6º maior de Pernambuco, destacando-se em sua agricultura irrigada, reconhecida por ter o 3º maior PIB agropecuário. O destaque econômico do município, como maior produtor de riqueza, é o setor terciário. Porém, o setor industrial encontra-se como segundo maior produtor de riqueza do município, com forte influência da indústria têxtil. É uma cidade que oferece um comércio diversificado e descentralizado, com o principal pólo comercial em sua região central.

O município possui 78 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016), cerca de 30 hospitais, centros e postos de saúde. No âmbito educacional, o leque de opções da população é amplo, pois o município oferece as melhores escolas de ensino médio da região, além de universidades estaduais e institutos e universidades federais. Contando, também, com instituições privadas de ensino superior.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Petrolina apresenta:

- PIB per capita: R\$ 15.334,27 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,697 (PNUD 2010);
- Mortalidade Infantil (até 1 ano de idade): 18,7 mil por nascidos vivos (PNUD 2010);
- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 15,4% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 73,0 anos (PNUD 2010).

E suas principais atividades econômicas são: o setor terciário, o setor industrial e o comércio.

### 3.7 MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

Cabo de Santo Agostinho é um município brasileiro do estado de Pernambuco, localizado no litoral sul do estado. Pertence à Mesorregião Metropolitana do Recife e faz parte da Microrregião de Suape, com uma população de 185.025 habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando a 200.546 habitantes (estimativa 2015 – IBGE). Sua área territorial é de 448,735 km<sup>2</sup>, 412,33 habitantes por km<sup>2</sup>.

Apresenta o 2º maior PIB da Microrregião de Suape e o 4º maior do estado pernambucano. Sua economia municipal conta com o Complexo Industrial de Suape, um dos maiores pólos industriais do Estado de Pernambuco. Além de ser um importante pólo turístico do estado, com suas praias nacionalmente conhecidas e sediar algumas das principais indústrias da Região Nordeste.

O município possui 42 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016), entre eles pronto-socorro, posto de saúde e serviços odontológicos. E em 2010, foi inaugurado o Hospital Dom Hélder Câmara, que é um dos maiores da cidade. No âmbito educacional, o município só oferece escolas de ensino pré-escolar, fundamental e ensino-médio. Normalmente a população, para ter acesso a ensino superior, procura as instituições de ensino ofertadas nas regiões vizinhas.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Cabo de Santo Agostinho apresenta:

- PIB per capita: R\$ 37.530,14 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,686 (PNUD 2010);
- Mortalidade infantil (até 1 ano de idade): 17,2 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);
- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 16,2% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 73,7 anos (PNUD 2010).

E suas principais atividades econômicas são o setor industrial e o turismo.

### 3.8 MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE

Camaragibe é um município brasileiro do estado de Pernambuco, que pertence à Região Metropolitana do Recife, localizando-se a cerca de 15 km do Recife. É o seu sexto município mais populoso e a oitava cidade mais populosa de Pernambuco, com uma população de 144.466 habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando a 154.054 habitantes (estimativa 2015 – IBGE). Sua área territorial é de 51,257 km<sup>2</sup>, 2.818,46 habitantes por km<sup>2</sup>.

Sua economia é abastecida por os setores de serviço, setores industriais e agricultura. Porém, o setor de serviços é o de maior representatividade econômica no município. Em 2011, de acordo com dados do IBGE, era o 14º PIB maior do estado de Pernambuco.

O município possui 49 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016). E no âmbito educacional, oferece a população escolas estaduais e municipais, com o ensino pré-escolar, fundamental e ensino médio. A grande parte da população que está em busca de uma graduação a nível superior, recorre à capital recifense, já que o município está localizado em suas proximidades.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Camaragibe apresenta:

- PIB per capita: R\$ 7.364,74 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,692 (PNUD 2010);
- Mortalidade infantil (até 1 ano de idade): 18,1 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);
- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 13,3% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 73,3 anos (PNUD 2010).

E suas principais atividades econômicas são o setor de serviços, o setor industrial e a agricultura.

### 3.9 MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Garanhuns é um município brasileiro do estado de Pernambuco, pertencente à Mesorregião do Agreste Pernambucano e à Microrregião de Garanhuns, localizado a cerca de 230 km da capital pernambucana, com uma população de 129.408

habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando a 136.949 habitantes (estimativa 2015 – IBGE). Sua área territorial é de 458,552 km<sup>2</sup>, 282,21 habitantes por km<sup>2</sup>.

Segundo o IBGE, Garanhuns tem o 413º PIB maior do Brasil e o 11º maior de Pernambuco. A economia municipal destaca-se pela produção artesanal, semi-artesanal e industrial de derivados do leite. Porém, a indústria e o comércio também contribuem para geração de riqueza no município.

O município possui 61 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016), contando com hospitais, pronto-socorro, postos de saúde e serviços odontológicos. Na área educacional, além das escolas de ensino pré-escolar, fundamental e médio, o município tem sede da Universidade de Pernambuco (UPE) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), disponibilizando vários cursos de graduação.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Garanhuns apresenta:

- PIB per capita: R\$ 13.228,07 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,664 (PNUD 2010);
- Mortalidade infantil (até 1 ano de idade): 19,5 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);
- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 21,8% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 72,7 anos (PNUD 2010).

E suas principais atividades econômicas são a produção artesanal, industrial e comercial.

### 3.10 MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Vitória de Santo Antão é um município brasileiro do interior do estado de Pernambuco, Região Nordeste do país. Pertence à Mesorregião da Mata Pernambucana e à Microrregião de Vitória de Santo Antão, localizando-se a 55 km a oeste da capital estadual, com uma população de 129.974 habitantes (Censo 2010 – IBGE), chegando a 135.805 habitantes (estimativa 2015 – IBGE). Sua área territorial é de 335,942 km<sup>2</sup>, 348,80 habitantes por km<sup>2</sup>.

A economia municipal é abastecida por indústrias, em sua maioria empresas de pequeno porte, por o comércio, que com seus diferentes ramos já é praticamente

independente da capital pernambucana e a agricultura, que com o plantio dos agricultores da região, abastece o comércio de Vitória e das cidades vizinhas.

O município possui 46 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE 2016), contando com hospitais e postos de saúde para atendimento a população municipal. No âmbito educacional, além das escolas que são destaque por a qualidade do ensino fundamental, médio e superior, o município tem campus da Universidade Federal de Pernambuco, do Instituto Federal de Pernambuco e conta com três faculdades privadas.

De acordo com uma coleta de dados, o município de Vitória de Santo Antão apresenta:

- PIB per capita: R\$ 18.091,78 (IBGE 2013);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,640 (PNUD 2010);
- Mortalidade infantil (até 1 ano de idade): 23,8 por mil nascidos vivos (PNUD 2010);
- Taxa de Analfabetismo (população de 25 anos ou mais de idade): 26,8% (PNUD 2010);
- Expectativa de vida ao nascer: 71,1 anos (PNUD 2010).

E suas principais atividades econômicas são: indústria, comércio e agricultura.

Sendo assim, após apresentado os 10 municípios mais populosos do estado de Pernambuco, no próximo item será analisado os indicadores sociais e econômicos dos municípios em destaque.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Uma gestão municipal concerne em atender as necessidades coletivas de uma determinada sociedade. Com o intuito de compreender como ocorre a distribuição dos recursos e sua aplicabilidade, foram selecionados 10 municípios do estado de Pernambuco com base na população, para análise dos indicadores socioeconômicos e dos recursos públicos, entre 2010 e 2014.

Sabendo que, para compreender o nível de desenvolvimento municipal, é necessária a obtenção de dados e informações que permita identificar quais os principais problemas econômicos e sociais que as populações municipais enfrentam.

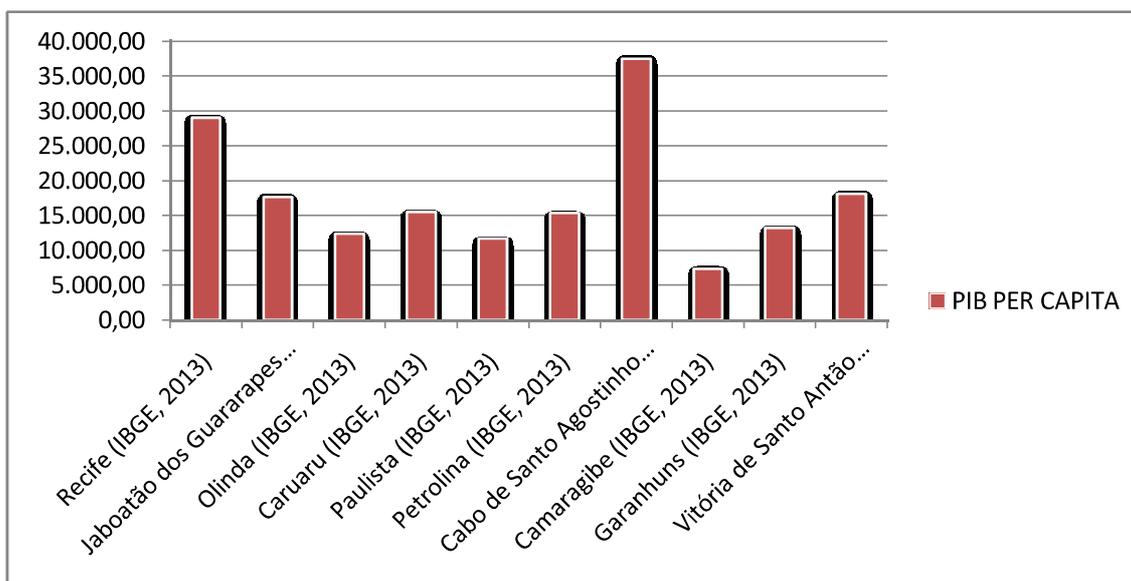
Sendo assim, para elaboração desse trabalho, foi de fundamental importância a coleta, tabulação e análise dos dados qualitativos e quantitativos que atuam como indicadores socioeconômicos. Após a análise dos dados foi possível apurar o grau de desenvolvimento e o comportamento dos municípios de acordo com o que a lei determina. Analisaremos a seguir os indicadores socioeconômicos.

### 4.1 ANÁLISES DOS INDICADORES SOCIAIS

Em função da limitação temporal do trabalho, os últimos dados atualizados do PNUD foram em 2010 e do IBGE em 2013.

No Gráfico 1 apresenta-se o *PIB Per Capita* dos 10 municípios em análise.

**Gráfico 1 – PIB PER CAPITA**



Fonte: IBGE, 2013.

O *PIB Per Capita* é um dos indicadores que mais afetam o município economicamente.

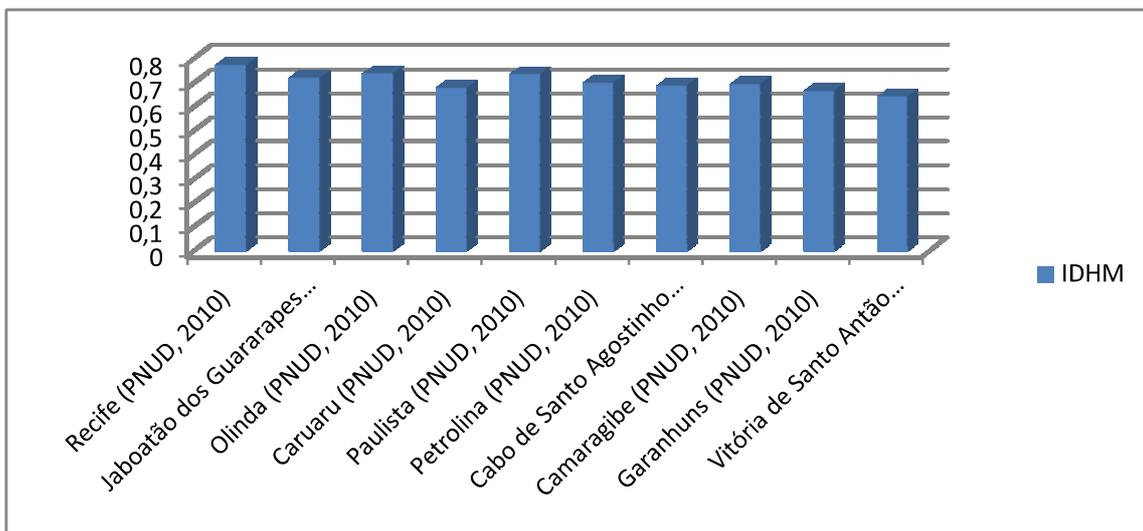
Segundo o IBGE (2013), no Brasil, o *PIB Per Capita* nacional teve um aumento gradativo entre os anos de 2009 e 2015, sua média anual foi crescendo de uma margem de R\$ 15.000,00 em 2009, chegando a atingir quase R\$ 30.000,00 em 2015, conforme demonstra o gráfico 1.

Em 2013, a média nacional do *PIB Per Capita* ficou entre R\$ 22.500,00 e R\$ 30.000,00. Sendo assim, de acordo com o Gráfico 1, observamos que o município do Cabo de Santo Agostinho com R\$ 37.530,14 é o único que ultrapassa a média nacional e Recife com R\$ 29.037,18 é o único que encontra-se dentro da margem nacional, pois, os demais municípios não chegaram a atingir nem R\$ 20.000,00 no ano de 2013.

Ou seja, exceto Cabo de Santo Agostinho e Recife, os demais municípios não atingiram a média nacional do *PIB Per Capita* em 2013.

No Gráfico 2 apresenta-se o IDHM dos 10 municípios em análise.

**Gráfico 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**



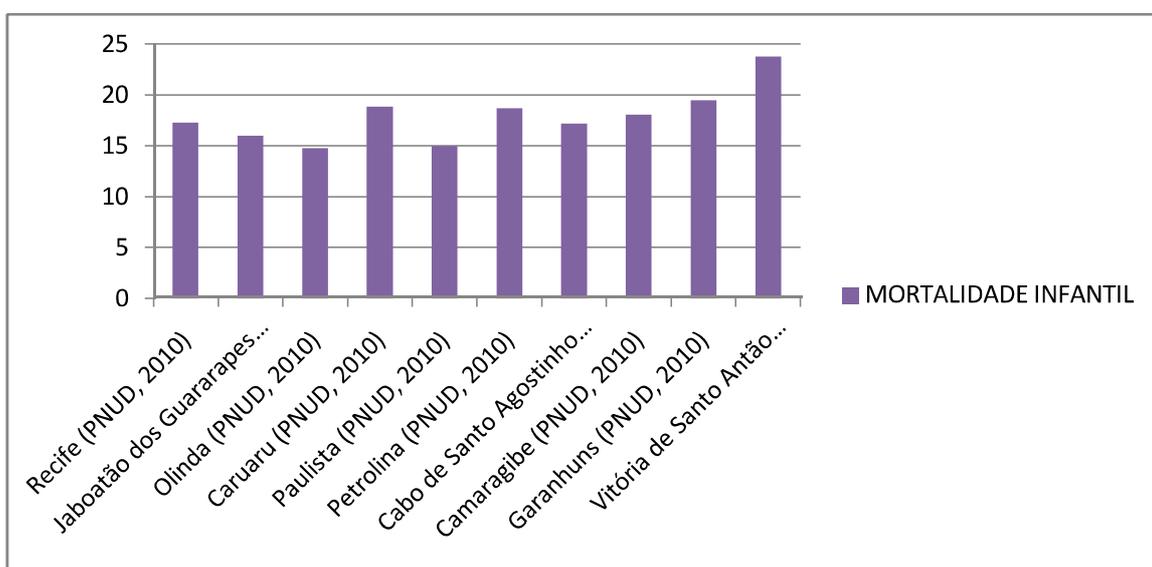
Fonte: PNUD, 2010.

O IDHM é um indicador que enfatiza as necessidades humanas básicas e quanto mais se aproxima de 1, mais desenvolvido é o município. Os municípios que tem um IDHM abaixo de 0,499 são considerados com baixo desenvolvimento humano, os com IDHM de 0,500 à 0,799 tem um médio desenvolvimento humano e os com IDHM superior a 0,800 tem um alto desenvolvimento humano.

De acordo com o gráfico 2, o IDHM encontra-se basicamente entre 0,600 e 0,700 no ano de 2010, o que significa que todos os municípios em análise tem um médio desenvolvimento humano. Até mesmo o município do Recife com um IDHM de 0,772, aproximando-se mais dos 0,800, classifica-se em um médio desenvolvimento humano.

No Gráfico 3 apresenta-se o índice de mortalidade infantil (até 1 ano de idade) por mil nascidos vivos dos 10 municípios em análise.

**Gráfico 3 – Mortalidade infantil (até 1 ano de idade) por mil nascidos vivos**



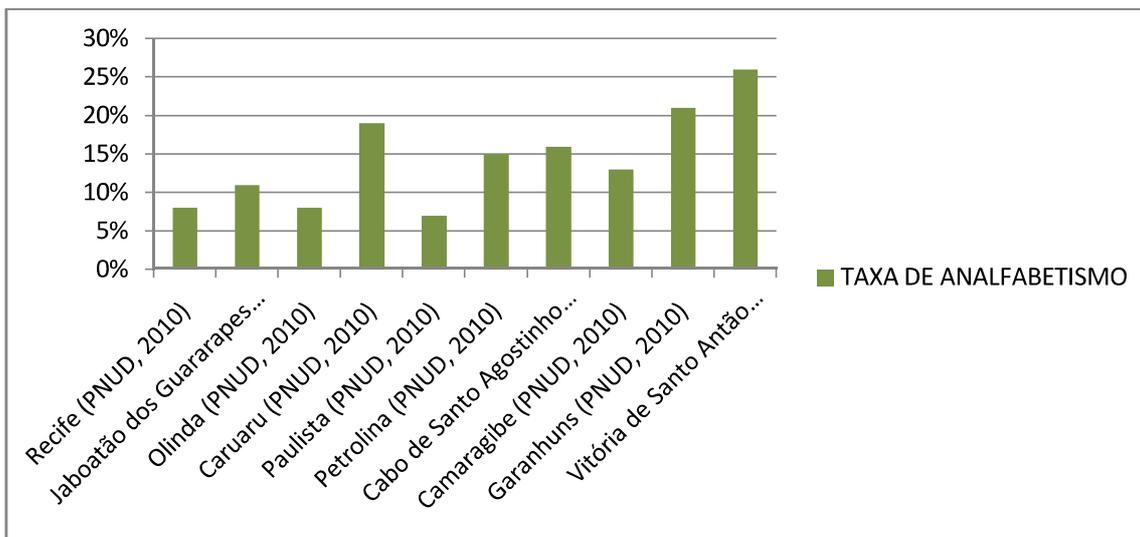
Fonte: PNUD, 2010.

A taxa de mortalidade infantil é um índice demográfico obtido através da quantidade de mortos até 1 ano de idade por mil nascidos vivos em um determinado município e um determinado ano.

O índice de mortalidade infantil atingiu uma média nacional de 17,22 por mil nascidos vivos em 2010. Nota-se, conforme o Gráfico 3, que apenas 4 municípios ficaram dentro da média nacional, sendo eles Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Cabo de Santo Agostinho.

Os demais municípios ultrapassam a média nacional variando entre a margem de 17 a 19 por mil nascidos vivos, com exceção de Vitória de Santo Antão que atingiu 23,8 por mil nascidos vivos em 2010.

No Gráfico 4 apresenta-se a taxa de analfabetismo dos 10 municípios em análise.

**Gráfico 4 – Taxa de Analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade**

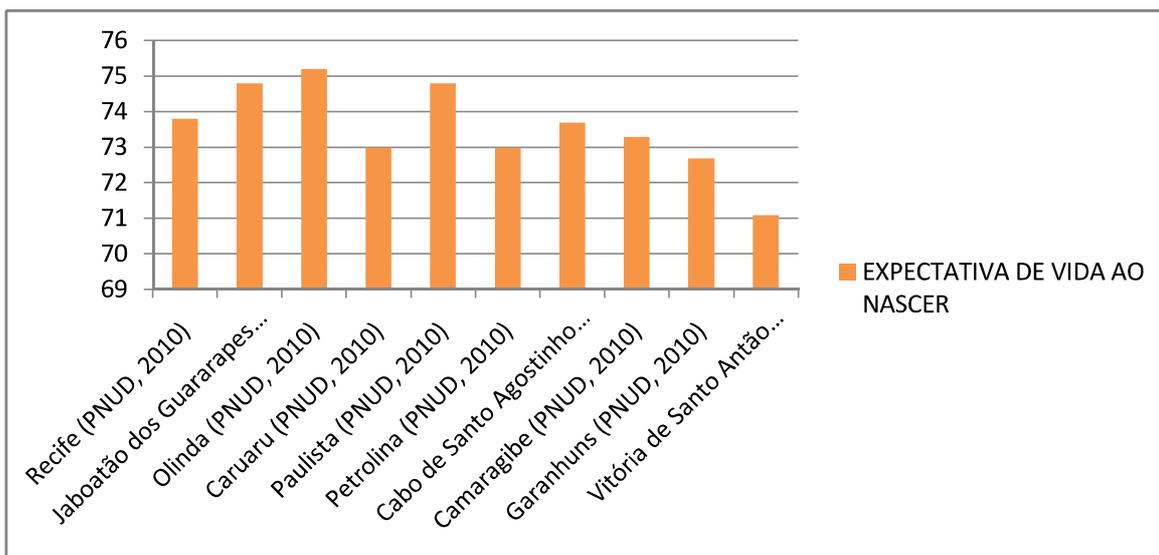
**Fonte:** PNUD, 2010.

A taxa de analfabetismo tem como referência a idade que um indivíduo que acompanha o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever.

A média percentual de analfabetismo e da população com fundamental incompleto de 25 anos ou mais de idade em Pernambuco é de 22,2%. De acordo com o gráfico 4, o único município que ultrapassa a média estadual é Vitória de Santo Antão com uma taxa de analfabetismo de 26,8% em 2010.

Os demais municípios encontram-se entre um intervalo percentual de 7% e 21%, do qual Paulista, com um percentual de 7,3%, é o município com a menor taxa de analfabetismo e Garanhuns com 21,8% é o que mais se aproxima da média estadual do ano de 2010.

No Gráfico 5 apresenta-se a expectativa de vida ao nascer dos 10 municípios em análise.

**Gráfico 5 – Expectativa de vida ao nascer**

Fonte: PNUD, 2010.

A expectativa de vida ao nascer calcula-se baseada no número de anos que um recém-nascido pode viver caso as taxas de mortalidade permaneçam as mesmas no decorrer de sua vida.

Os municípios em análise encontram-se entre a margem de 71 a 75 anos e a média nacional de expectativa de vida ao nascer foi de 73,86 anos em 2010. Somente três municípios são os que estão acima da média nacional, que são Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista.

Destacando Vitória de Santo Antão com 71,1 anos, que possui a menor expectativa de vida ao nascer entre os municípios em análise e desconsiderando os que estão acima da média, os demais municípios encontram-se na margem dos 73 anos, conforme a média nacional de expectativa de vida no ano de 2010.

#### 4.2 ANÁLISES DOS INDICADORES ECONÔMICOS

A Receita Corrente Líquida, segundo o artigo 2º da Lei Complementar 101, entende-se como:

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição; b) nos Estados, as parcelas

entregues aos Municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição. (Lei Complementar 101)

De acordo com o parágrafo 3º do artigo 2º da LC 101 “a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades”. A Receita Corrente Líquida é o padrão de verificação dos principais limites que devem ser cumpridos pelos municípios. Como, por exemplo: as despesas, garantias concedidas, serviços e operações de créditos estarão determinados em um limite percentual da RCL.

Uma das Despesas que estão determinadas por um limite percentual da RCL é a Despesa com Pessoal. Na esfera Municipal os limites máximos da despesa com pessoal equivalem a 60% da RCL (com um limite prudencial de 57%), distribuídos com os seguintes critérios:

- 6% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas, quando houver;
- 54% para o Poder Executivo.

Conforme parágrafo único do Art.22 da LC 101 “se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite” em relação à RCL, ao respectivo poder ou órgão é vetado:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição; II - criação de cargo, emprego ou função; III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Assim, de acordo com o que está determinado em lei, será analisada a RCL e as Despesas com Pessoal dos 10 municípios mais populosos do estado de Pernambuco, com o intuito de averiguar se tais municípios estão cumprindo ou não com os limites percentuais que constam em lei.

A Tabela 1 apresenta o comportamento da Receita Corrente Líquida dos 10 municípios mais populosos do estado de Pernambuco entre os anos de 2010 e 2014.

**Tabela 1 - Comportamento da Receita Corrente Líquida entre 2010 e 2014**

MUNICIPIOS	2010	2011	2012	2013	2014
Recife	R\$ 2.262.474.926,49	R\$ 2.646.517.967,24	R\$ 3.099.850.699,49	R\$ 3.173.812.313,65	R\$ 3.683.685.160,70
Jaboatão dos Guararapes	R\$ 537.582.238,53	R\$ 618.852.142,48	R\$ 706.926.981,44	R\$ 795.674.756,46	R\$ 903.864.577,99
Olinda	-	R\$ 368.667.626,66	R\$ 418.068.308,38	R\$ 444.035.587,18	R\$ 471.894.697,16
Caruaru	R\$ 288.701.466,48	R\$ 349.480.709,26	R\$ 395.342.256,16	R\$ 392.003.786,33	R\$ 468.106.065,09
Petrolina	R\$ 286.197.731,64	R\$ 342.234.537,59	R\$ 377.080.391,20	R\$ 390.654.056,04	R\$ 459.481.144,43
Paulista	R\$ 213.419.417,51	R\$ 242.214.618,38	R\$ 264.264.538,97	R\$ 281.338.297,47	R\$ 297.161.562,38
Cabo de Santo Agostinho	R\$ 339.078.874,79	R\$ 427.607.186,93	R\$ 427.422.903,31	R\$ 462.555.842,55	R\$ 509.504.935,18
Camaraçibe	R\$ 141.833.294,16	R\$ 159.727.070,07	R\$ 174.446.979,08	R\$ 171.217.482,95	R\$ 197.432.224,04
Garanhuns	R\$ 108.855.560,82	R\$ 146.813.329,76	R\$ 169.281.335,79	R\$ 165.522.913,09	R\$ 197.887.745,53
Vitória de Santo Antão	R\$ 97.053.403,81	R\$ 128.496.446,36	R\$ 157.104.939,01	R\$ 184.850.354,32	R\$ 192.806.861,40

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SISTN e SICONFI (2010-2014), 2016.

Assim, de acordo com os dados da Tabela 1, é possível ver a quantidade da RCL que cada município em análise teve em determinado ano. E quanto maior a receita, melhor para o município. Porém, vale ressaltar que no ano de 2010 o município do Olinda não apresentará seu montante de RCL, por ausência da elaboração de relatório no Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN).

Com base nos dados da Tabela 1, foi elaborada a tabela 2, a qual apresenta o percentual de elevação da RCL de cada município em análise, do ano de 2010 a 2014.

**Tabela 2 - Elevação da Receita Corrente Líquida em percentual**

MUNICIPIOS	2011	2012	2013	2014	Média de Aumento 2010 a 2014
<b>Recife</b>	16,97%	17,13%	2,39%	16,06%	13,14%
<b>Jaboatão dos Guararapes</b>	15,12%	14,23%	12,55%	13,60%	13,88%
<b>Olinda</b>	-	13,40%	6,21%	6,27%	6,47%
<b>Caruaru</b>	21,05%	13,12%	-0,84%	19,41%	13,19%
<b>Petrolina</b>	19,58%	10,18%	3,60%	17,62%	12,74%
<b>Paulista</b>	13,49%	9,10%	6,46%	5,62%	8,67%
<b>Cabo de Santo Agostinho</b>	26,11%	-0,04%	8,22%	10,15%	11,11%
<b>Camaragibe</b>	12,62%	9,22%	-1,85%	15,31%	8,82%
<b>Garanhuns</b>	34,87%	15,30%	-2,22%	19,55%	16,88%
<b>Vitória de Santo Antão</b>	32,40%	22,26%	17,66%	4,30%	19,16%

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do SISTN e SICONFI (2010-2014), 2016.

Avaliando a Tabela 2, é possível ver o quanto aumentou ou diminuiu da RCL de cada município de um ano para o outro. A média percentual de aumento de 2010 a 2014 é de 12,40% e os municípios se encontram entre o intervalo de 6% a 20%.

Conforme a Tabela 2, vemos que alguns municípios apenas cresceram percentualmente a exemplo de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Petrolina, Paulista e Vitória de Santo Antão, enquanto outros no ano de 2012 e 2013 tiveram um percentual negativo a exemplo de Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Camaragibe e Garanhuns. No ano de 2012 destaca-se Vitória de Santo Antão, que após obter um aumento de 26,11% da RCL de 2010 a 2011, caiu 0,04% de 2011 para 2012. Em 2013 o mesmo aconteceu com os municípios de Caruaru, Camaragibe e Garanhuns. Todos os três municípios tiveram um aumento de 2011 a 2012, e de 2012 para 2013 caíram em uma média de 2%. Porém, no ano de 2014, os mesmos estiveram um aumento de mais de 15% da RCL.

Mais uma vez vale ressaltar que o município de Olinda não apresentou percentual no ano de 2011, devido ausência de relatório na base de dados do SISTN em 2010. Sendo assim, não foi possível fazer a análise do percentual do ano de 2010 a 2011. Porém, de 2011 a 2012 o município aumentou em 13,40% sua RCL e nos demais anos em análise, manteve-se constante na média dos 6% de aumento.

A Tabela 3 apresenta o comportamento da Despesa Líquida com Pessoal dos 10 municípios mais populosos do estado de Pernambuco entre os anos de 2010 e 2014.

**Tabela 3 - Comportamento da Despesa Líquida com Pessoal entre 2010 a 2014**

MUNICÍPIOS	2010	2011	2012	2013	2014
Recife	R\$ 1.048.081.470,42	R\$ 1.123.015.381,26	R\$ 1.329.176.673,39	R\$ 1.459.057.003,39	R\$ 1.645.673.982,65
Jaboatão dos Guararapes	R\$ 259.495.265,94	R\$ 296.353.552,47	R\$ 334.318.801,50	R\$ 355.138.106,37	R\$ 420.037.188,62
Olinda	-	R\$ 175.306.410,31	R\$ 208.108.495,24	R\$ 227.672.889,88	R\$ 249.571.582,94
Caruaru	R\$153.408.641,26	R\$164.367.180,79	R\$ 241.187.734,56	R\$ 212.019.789,92	R\$ 263.355.630,54
Petrolina	R\$ 150.784.018,73	R\$ 167.271.700,91	R\$ 197.800.934,10	R\$ 206.764.053,77	R\$ 228.027.070,00
Paulista	R\$ 119.503.265,32	R\$ 129.877.406,94	R\$ 146.329.279,37	R\$ 152.773.957,19	R\$ 166.682.481,32
Cabo de Santo Agostinho	R\$ 146.835.488,97	R\$ 183.476.948,24	R\$ 224.941.077,72	R\$ 223.605.180,56	R\$ 254.283.429,61
Camaraçibe	R\$ 66.130.227,91	R\$ 74.769.738,53	R\$ 84.378.816,06	R\$ 89.073.290,97	R\$ 100.699.055,01
Garanhuns	R\$ 56.114.468,73	R\$ 70.285.187,36	R\$ 85.806.472,31	R\$ 85.288.813,00	R\$ 110.283.673,73
Vitória de Santo Antão	R\$59.201.092,56	R\$ 72.184.073,86	R\$ 84.782.433,86	R\$ 97.057.497,08	R\$ 113.360.771,12

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SISTN e SICONFI (2010-2014), 2016.

De acordo com os dados da Tabela 3, é possível ver a quantidade de Despesa Líquida com Pessoal que cada município em análise teve em determinado ano. Lembrando que no ano de 2010 o município do Olinda não apresentará seu montante de Despesa, por ausência da elaboração de relatório na base de dados do SISTN.

Com base nos dados apresentados na Tabela 3, elaborou-se a Tabela 4 com o percentual de elevação da Despesa Líquida com Pessoal de cada município em análise, do ano de 2010 a 2014.

**Tabela 4 - Elevação da Despesa Líquida com Pessoal em percentual**

MUNICIPIOS	2011	2012	2013	2014	Média de Aumento
					2010 a 2014
<b>Recife</b>	7,15%	18,36%	9,77%	12,79%	12,02%
<b>Jaboatão dos Guararapes</b>	14,20%	12,81%	6,23%	18,27%	12,88%
<b>Olinda</b>	-	18,71%	9,40%	9,62%	9,43%
<b>Caruaru</b>	7,14%	46,74%	-12,09%	24,21%	16,50%
<b>Petrolina</b>	10,93%	18,25%	4,53%	10,28%	11,00%
<b>Paulista</b>	8,68%	12,67%	4,40%	9,10%	8,71%
<b>Cabo de Santo Agostinho</b>	24,95%	22,60%	-0,59%	13,72%	15,17%
<b>Camaraçibe</b>	13,06%	12,85%	5,56%	13,05%	11,13%
<b>Garanhuns</b>	25,25%	22,08%	-0,60%	29,31%	19,01%
<b>Vitória de Santo Antão</b>	21,93%	17,45%	14,48%	16,80%	17,66%

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do SISTN e SICONFI (2010-2014), 2016.

Analisando o percentual da Despesa Líquida com Pessoal apresentados na Tabela 4, pode-se ver o quanto cada município aumentou ou diminuiu percentualmente de um ano para o outro. A média geral percentual da Despesa Líquida com Pessoal de 2010 a 2014 é de 13,35%, porém, os municípios ficaram entre um intervalo de 8% a 19%. Sendo que o município de Garanhuns com 19,01% teve o maior aumento enquanto Paulista com 8,71% teve o menor. E apenas os municípios de Caruaru, Cabo de Santo Agostinho, Garanhuns e Vitória ultrapassaram a média geral percentual de Despesa Líquida com Pessoal entre os anos de 2010 a 2014.

Todos os municípios apresentam uma elevação percentual nos anos em análise, exceto Caruaru, Cabo de Santo Agostinho e Garanhuns, que de 2012 a 2013 tiveram uma queda na Despesa Líquida com Pessoal. Apresentando, assim, um percentual negativo em 2013. Destacando-se Caruaru, com um percentual negativo de -12,09%, enquanto Cabo de Santo Agostinho e Garanhuns não

chegaram a uma margem de -1%. Porém, no ano seguinte, Caruaru teve um aumento percentual equivalente ao dobro do percentual negativo obtido no ano anterior, chegando a 24,21% em 2014. Enquanto Cabo de Santo Agostinho obteve um aumento percentual de 13,72% e Garanhuns de 29,31% no ano de 2014.

De acordo com os dados da Tabela 1 e 3, utilizando os valores da Receita Corrente Líquida e da Despesa Líquida com Pessoal, foi elaborada a tabela 5, a qual apresenta o percentual de Despesa com Pessoal dos municípios em análise de 2010 a 2014, podendo assim, analisar se tais municípios estão dentro ou não do percentual estipulado em lei.

**Tabela 5 - Comportamento da Despesa com Pessoal em Percentuais**

MUNICIPIOS	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Recife</b>	46,32%	42,43%	42,88%	45,97%	44,67%
<b>Jaboatão dos Guararapes</b>	48,27%	47,89%	47,29%	44,63%	46,47%
<b>Olinda</b>	-	47,55%	49,78%	51,27%	52,89%
<b>Caruaru</b>	53,14%	47,03%	61,01%	54,09%	56,26%
<b>Petrolina</b>	52,69%	48,88%	52,46%	52,93%	49,63%
<b>Paulista</b>	55,99%	53,62%	55,37%	54,30%	56,09%
<b>Cabo de Santo Agostinho</b>	43,30%	42,91%	52,63%	48,34%	49,91%
<b>Camaragibe</b>	46,63%	46,81%	48,37%	52,02%	51,00%
<b>Garanhuns</b>	51,55%	47,87%	50,69%	51,53%	55,73%
<b>Vitória de Santo Antão</b>	61,00%	56,18%	53,97%	52,51%	58,79%

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do SISTN e SICONFI (2010-2014), 2016.

De acordo com a Tabela 5, os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Petrolina e Recife respeitaram, durante todos os anos em análise, o limite percentual exigido em lei e não ultrapassaram o percentual de 60% com Despesa com Pessoal.

Em 2010, o município de Vitória de Santo Antão ultrapassou o limite percentual dos 60% de Despesa com Pessoal, atingindo 1% a mais do que o estipulado, chegando a 61%. Devido ausência de relatório no ano de 2010, não tem como afirmar se o município de Olinda estava dentro ou não do limite percentual exigido. Porém, nos demais anos em análise, Olinda se adequou dentro do limite estipulado em lei.

Em 2011, assim como também em 2013 e 2014, todos os municípios em análise enquadram-se dentro do percentual. Porém, em 2012, o município de Caruaru chegou a 61,01%, ultrapassando 1,01% do limite exigido e atingindo o maior percentual de Despesa com Pessoal do ano.

Com base nessa análise, é possível afirmar que os municípios de Caruaru e Vitória de Santo Antão são os únicos que desrespeitam o limite percentual exigido pela LRF. Porém, tanto Caruru quanto Vitória de Santo Antão, infringiram os limites em apenas um ano, que foram os anos de 2012 e 2010 respectivamente.

#### 4.3 ANÁLISES COMPARATIVAS SOCIOECONÔMICA DOS 10 MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2010 A 2014.

Embora os indicadores econômicos e sociais estejam interligados, após a análise de tais indicadores, pôde-se afirmar que os indicadores econômicos não afetam diretamente os indicadores sociais. Pois, de acordo com a análise, podemos observar que nem sempre a qualidade de vida de um município está equilibrada conforme a elevação de sua receita corrente líquida.

Por exemplo, entre os municípios em análise, Vitória de Santo Antão é o município com menor IDHM, menor expectativa de vida ao nascer, índice de mortalidade infantil alto e taxa de analfabetismo maior que a média, porém, também é o município que mais teve elevação da RCL conforme a média.

É relevante ressaltar que embora os indicadores socioeconômicos afetem sim a economia de um determinado município, não é possível medir a qualidade de vida da população de tal município de acordo com a quantidade de recurso destinado ao mesmo. Ou seja, neste caso, quantidade não é referencia de qualidade.

Conforme análise, não é possível afirmar também que o comportamento da Despesa com Pessoal está adequado de acordo a RCL dos municípios. Pois, municípios como Caruaru, Cabo de Santo Agostinho e Garanhuns, que em 2013 ficaram com percentual negativo, tiveram uma elevação da RCL acima da média entre os anos de 2010 e 2014. Porém, um dos municípios citados, que é Caruaru, ultrapassou o percentual estipulado e descumpriu o limite exigido na LRF.

Sendo assim, independente da elevação da RCL, é de responsabilidade de cada município cumprir com o percentual de Despesa com Pessoal exigido pela LRF. Porém, vale ressaltar que como nenhum dos municípios excedeu 95% do limite em relação à RCL, não se faz necessário que o respectivo poder ou órgão seja vetado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar os recursos destinados aos municípios com o intuito de averiguar como afetam os indicadores socioeconômicos e se cumprem com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme os dados coletados no *site* do PNUD e IBGE foi possível mensurar o desenvolvimento através da comparação entre cada município. E, de acordo com os dados do SISTN e SICONFI, identificou-se que as Receitas Corrente Líquidas e Despesas com Pessoal que ocorreram em cada município entre os anos de 2010 e 2014, possibilitaram a análise do cumprimento percentual exigido pela LRF.

Observou-se anualmente a elevação da RCL em cada município e o comportamento percentual da Despesa com Pessoal. Verificou-se que vários municípios elevaram a RCL acima da média, porém, seus indicadores socioeconômicos apresentavam um índice de desenvolvimento mediano. Possibilitando concluir que nem sempre a qualidade de vida de uma população em determinado município é equivalente aos recursos destinados ao mesmo.

Ressalta-se que a análise não permite afirmar que o comportamento da Despesa com Pessoal está adequado conforme a RCL. Pois, a exemplo do município de Vitória de Santo Antão que obteve a maior elevação da RCL entre os anos de 2010 e 2014 e descumpriu o limite da LRF apresentando um percentual elevado quanto a Despesa com Pessoal no ano de 2010.

Por fim, conclui-se que os recursos destinados aos municípios nem sempre impactam positivamente os indicadores socioeconômicos, uma vez que o estudo apresenta que o quantitativo não influencia diretamente na qualidade. E apesar de analisar que dois municípios ultrapassaram o limite percentual referente à Despesa com Pessoal, nenhum excedeu 95% do limite em relação à RCL.

Esse trabalho contribui por apresentar a importância dos recursos e como/ou se afetam na qualidade de vida dos municípios. Indica-se como futuros estudos o possível detalhamento de todas as receitas e despesas públicas, a fim de analisar melhor os recursos e gastos públicos que interferem diretamente na qualidade de vida da população. E sugere-se também um estudo sobre como os municípios podem utilizar melhor seus recursos visando à qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. **Cabo de Santo Agostinho, PE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260290&search=pernambuco|cabo-de-santo-agostinho>>. Acesso em:

\_\_\_\_\_. **Camaragibe, PE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260345&search=pernambuco|camaragibe>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Caruaru, PE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260410&search=pernambuco|caruaru>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Garanhuns, PE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260600&search=pernambuco|garanhuns>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Jaboatão dos Guararapes**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260790&search=pernambuco|jaboatao-dos-guararapes>>. Acesso em: 10 jun, 2016.

\_\_\_\_\_. **Olinda, PE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260960&search=pernambuco|olinda>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Paulista, PE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261070&search=pernambuco|paulista>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Petrolina, PE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261110&search=pernambuco|petrolina>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Recife, PE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261160&search=pernambuco|recife>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Vitória de Santo Antão**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261640&search=pernambuco|vitoria-de-santo-antao>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

ÁVILA, Leandro. **PIB: Como o PIB Interfere nos seus Investimentos**. Disponível em: <[www.clubedospoupadores.com/investimentos/pib-x-investimentos.html](http://www.clubedospoupadores.com/investimentos/pib-x-investimentos.html)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

BURDEAU, Georges. **O Estado**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

**Causas do Desemprego.** Disponível em: <  
[http://www.suapesquisa.com/economia/causas\\_desemprego.htm](http://www.suapesquisa.com/economia/causas_desemprego.htm)> Acesso em: 17  
mar. 2016.

**Controle Social do Orçamento Público.** Disponível em:  
<[http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/cidadania/orcamento/mod03/sec02.ht  
ml](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/cidadania/orcamento/mod03/sec02.html)>. Acesso em: 03 abr. 2016.

COSTA, Nilson do Rosário. Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação: Saúde e Saneamento na Agenda Social. São Paulo: Hucitec Editora. 174p.

DIAS, Reinaldo. **Políticas públicas:** princípios, propósitos e processos/Reinaldo Dias, Fernanda Matos. São Paulo: Atlas, 2012.

**Estado de Pernambuco.** Disponível em:  
<[http://www.suapesquisa.com/estadosbrasileiros/estado\\_pernambuco.htm](http://www.suapesquisa.com/estadosbrasileiros/estado_pernambuco.htm)>. Acesso em 05 abr. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

HIRSCHMAN, Albert Otto. Auto-subversão: teorias consagradas em xeque. São Paulo: Companhia das Letras. 314p.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas.** São Paulo: Atlas, 1988.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Pernambuco - Cabo de Santo Agostinho. Disponível em: <  
[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260290&search=per  
nambuco|cabo-de-santo-agostinho](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260290&search=pernambuco|cabo-de-santo-agostinho)>. Acesso em: 07 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades.** Pernambuco - Camaragibe. Disponível em: <  
[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260345&search=per  
nambuco|camaragibe](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260345&search=pernambuco|camaragibe)> Acesso em: 07 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades.** Pernambuco - Caruaru. Disponível em:  
<[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260410&search=pe  
rnambuco|caruaru](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260410&search=pernambuco|caruaru)>. Acesso em 06 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades.** Pernambuco - Garanhuns. Disponível em: <  
[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260600&search=per  
nambuco|garanhuns](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260600&search=pernambuco|garanhuns)>. Acesso em 06 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades.** Pernambuco - Jaboatão dos Guararapes. Disponível em: <  
[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260790&search=per  
nambuco|jaboatao-dos-guararapes](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260790&search=pernambuco|jaboatao-dos-guararapes)>. Acesso em: 06 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades.** Pernambuco - Olinda. Disponível em:  
<[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260960&search=pe  
rnambuco|olinda](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260960&search=pernambuco|olinda)>. Acesso em 06 abr. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Pernambuco - Paulista. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261070&search=pernambuco|paulista>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Pernambuco - Petrolina. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261110&search=pernambuco|petrolina>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Pernambuco - Recife. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261160&search=pernambuco|recife>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Pernambuco - Vitória de Santo Antão. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261640&search=pernambuco|vitoria-de-santo-antao>>. Acesso em 07 abr. 2016.

LIJPHART, Arend. (1971), “**Comparative Politics and the Comparative Method**”. *American Political Science Review*, v. 65, pp. 682-693.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mário. **Indicadores Econômicos**. Disponível em: <<http://euler.mat.ufrgs.br/~viali/estatistica/mat2007/material/textos/indicadoreseconomicos.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. – 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O que você precisa saber sobre transparências constitucionais. Secretaria do Tesouro Nacional, fev. 2005.

**Modelo de Harrod-Domar**. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/ricardodathein/disciplinas/ecop74/harrod-domar.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

**O que é Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios-orcamentarios/o-que-e-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

**O que são Políticas Públicas?**. Disponível em: <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O\\_que\\_sao\\_PoliticaspUBLICAS.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticaspUBLICAS.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS Marco Antonio Sandoval; Amaury Patrick Gremaud... [et al.]. **Manual de Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

**Políticas Públicas no Brasil.** Disponível em:

<<http://www.okconcursos.com.br/apostilas/apostila-gratis/134-politicas-publicas/1171-politicas-publicas-no-brasil#.VulQq9lrLIU>>. Acesso em: 22 mar 2016.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico:** do planejamento aos textos, da escola à academia / Maria Luci de Mesquita Prestes. – 4. ed. São Paulo: Rêspel, 2014. 312 p.; 30cm.

ROMÃO, Maurício Costa. Pobreza: conceito e mensuração. Brasília: IPEA, 1993. 209p. (IPEA. Serie PNPE. Cadernos de Economia, 13)

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade** / Antonio Lopes de Sá. – 4. ed. – 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out.\dez. 2010.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2005; DURAND Marie-Françoise et al. Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, José Luiz dos. **Teoria da contabilidade:** introdutória, intermediária e avançada / José Luiz dos Santos... [et al.]. São Paulo: Atlas, 2007.

SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação** / Edna Lúcia da Silva, Eстера Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios. Disponível em: <[http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/sistn\\_novosite.asp](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/sistn_novosite.asp)>. Acesso em 20 abr. 2016.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública:** um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal/Valmor Slomski. – 2. ed. – 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico** / Nali de Jesus de Souza. – 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

**Teoria das finanças públicas.** Disponível em:

<[http://www.economiabr.net/economia/7\\_tfp.html](http://www.economiabr.net/economia/7_tfp.html)>. Acesso em: 18 abr 2016.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. Economia Micro e Macro. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Wikipédia, **Economia do Recife**. Disponível em:  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_do\\_Recife](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_do_Recife)>. Acesso em: 05 abr 2016.

Wikipédia, **Jaboatão dos Guararapes**. Disponível em:  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaboat%C3%A3o\\_dos\\_Guararapes#Economia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaboat%C3%A3o_dos_Guararapes#Economia)>.  
Acesso em: 06 abr 2016.